

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA (NGB) NA ESTEIRA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: *CONTINUUM/DESCONTINUUM* HISTÓRICO

Alexandre J. da Silva¹

Doutor em Língua Portuguesa (PUC-SP)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo tratar, moderadamente, da história acerca do *instrumento linguístico* (implícito) conhecido como NGB e do impacto dele na historiografia gramatical brasileira. O desenovelar de uma questão-chave – NGB e a produção gramatical – foi posto, a fim de que o ato de historicizar o documento (meta)linguístico não se tornasse um simples ato biobibliográfico. As leituras empreendidas e depreendidas no tocante ao documento oficial se concretizaram na seara dessa questão-chave, tendo, pois, duas vias de historicização: 1) Documento metalinguístico oficial – a história da NGB; 2) Documento oficial e o ensino de gramática. Este trabalho mostra que o processo de (neo)gramatização brasileira vem produzindo um discurso de combate ou um discurso de aceite ao documento, já que no corpo dos *instrumentos linguísticos – gramáticas* -, surgidos continuamente, o estabelecido pela NGB aparece.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas. Instrumento Linguístico. Documento Oficial. NGB.

Não seria uma afirmação vazia, falsa ou de pouca argumentação dizermos que dois instrumentos linguísticos² são fundamentais para que conheçamos a ideia linguística³ de um povo: o dicionário e a gramática. Esses instrumentos revelam o pensamento linguístico de seus autores e a preocupação deles quanto ao que consideram fundamental acerca de um idioma. No caso da gramática, Auroux afirma que esse instrumento linguístico “torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las” (1992, p. 43) e que um livro com essa denominação apresenta uma estrutura recorrente, sendo, por isso, considerada como tal. A saber: um sumário, uma introdução, uma divisão e uma referência a outros autores.

Diz, também, que essas gramáticas têm função consultiva ou de prática de ensino da estrutura da língua. Assim, é muito importante saber que um desses instrumentos linguísticos – a gramática – faz parte da história e, amiúde, da nossa história idiomática. Não é de se estranhar,

¹ alegramatica@gmail.com

² No processo de descrição e instrumentalização de uma língua, a gramática e o dicionário são considerados artefatos tecnológicos (=instrumentos) basilares para a própria constituição. A expressão está presente na obra a revolução tecnológica da gramatização, de Sylvain Auroux. Obra canônica e fundamental para todos aqueles que se debruçam sobre as questões acerca da gramatização das línguas, saber linguístico, instrumentos tecnológicos e os postulados que regem e orientam os interessados na História das Ideias Linguísticas

³ Uma ideia linguística é todo saber construído em torno de uma língua, seja como produto de uma reflexão metalinguística seja como atividade metalinguística explícita ou implícita.

então, o fato de, no último vintênio, termos presenciado uma grande quantidade de (re)publicações de livros denominados gramática. Um rápido levantamento da quantidade de (re)edições dessas obras e corroboraríamos o fato de estarmos vivenciando uma (neo)gramatização massiva. Todavia, dado o imbricamento da História das Ideias com outras áreas do conhecimento linguístico, em especial, com a Análise do Discurso, o conceito instrumento linguístico, pensado e formulado no contexto dos estudos franceses sobre a gramatização (AUROUX, 2009), sofreu ampliações importantes nos estudos brasileiros dedicados às pesquisas gramaticográficas. Podemos, pois, incipientemente, dizer que os instrumentos linguísticos podem ser *explícitos* (gramáticas e dicionários) e/ou *implícitos* (documentos, materiais e obras que se relacionam ao ensino de língua, de maneira analítica ou de maneira descritiva). Destarte, se a tônica dos estudos na área da História das Ideias Linguísticas, hoje, é a articulação com muitas outras áreas do conhecimento linguístico, podemos dizer que os instrumentos linguísticos ganharam uma roupagem nova e ampliaram o escopo de investigação, possibilitando a existência de materiais implícitos a respeito da língua, caso, por exemplo, dos documentos oficiais que balizam o ensino do idioma e de documentos que tiveram, desde sua gestação e, por consequência, nascimento, a intenção de baliza, caso do sexagenário documento denominado NGB, que passa a ser tema deste artigo⁴.

No momento por que passam os estudos linguísticos, considerando a quantidade massiva de obras publicadas, os temas recorrentes são aqueles que se debruçam sobre ensino de gramática, modalidades ou variantes do português brasileiro e a formação dos professores de Letras. Portanto, trazer à baila a materialidade do documento por meio de sua história é corroborar o fato de que, desde o seu nascimento (1959), esse tão afamado instrumento perpassa a história da gramática no Brasil - para o bem ou para o mal. Não nos esqueçamos, também, de que o ano de 2019 ratificou o aniversário de 60 anos da NGB. Gostemos ou não, com todos os problemas ou não, o documento continua

oficialmente em vigor e é citado em nossas gramáticas com constância, mesmo que seja para acrescentar-lhe algo que não tenha sido considerado pela comissão que o propôs ou para dizer que ele está irremediavelmente superado (HENRIQUES, 2009, p. 17)

Para além disso, vale ressaltar a confirmação de que se trata de um documento com estatuto de *instrumento linguístico/político*⁵. Linguístico, pois trata da descrição materializada

⁴ Este artigo é oriundo e faz parte do segundo capítulo de minha tese de Doutorado (vide referência bibliográfica).

⁵ “Muito se tem dito sobre uma suposta imposição estatal à época da publicação da NGB, sobretudo devido ao fato de seu projeto haver sido aprovado mediante uma portaria ministerial. A par desse fato, uma outra imposição, essa

do que deveria constar em uma gramática, ou seja, na sua composição. Político, pois no bojo da discussão acerca da denominação do idioma falado no Brasil (língua portuguesa ou língua brasileira), “a comissão designada para estudar esse assunto acabou por determinar que o idioma falado no Brasil era a língua portuguesa, encerrando o debate sobre essa questão” (BALDINI, 1999, p. 42).

Sendo assim, a NGB está inserida no processo de (neo)gramatização brasileira (uma vez que apareceu nos compêndios gramaticais da década 60 do século XX e aparece em obras gramaticais contemporâneas) e esse processo está inserido numa estrutura ainda maior: o de políticas públicas, afinal houve (e há) livros didáticos de gramáticos que se pautaram(am) no documento e serviram(em) de estudo para muitos estudantes e consulentes.

O surgimento da NGB remonta a questões anteriores ao ano de sua oficialização. Já havia discussões no país acerca da dificuldade envolvendo questões de nomenclatura dos aspectos gramaticais para o ensino do idioma e a terminologia empregada para esse ensino.

A título de exemplo, é de conhecimento comum a situação vivenciada pelos estudantes que aspiravam ao ensino superior nos meados da década de 50 do século XX, uma vez que os exames orais ocasionavam calafrios aos postulantes às vagas. Os candidatos ficavam submetidos ao bel prazer do examinador no que diz respeito à terminologia gramatical, afinal não era tarefa fácil saber a preferência metalinguística do arguidor. Situação vivenciada por muitos candidatos e a um preço alto. Um deles, o eminente professor Segismundo Spina, referência em vastíssimos assuntos literários e de língua portuguesa, nos brinda com uma história, hoje, divertida. Vejamos:

Terminando o Colégio Universitário em 1942, prestei vestibulares em fevereiro de 1943, tendo sido reprovado com nota zero no exame oral de Português, porque a nota 9 da Prova Escrita dava a média 4,5, insuficiente para a minha aprovação. Desiludido, aguardei no Viaduto do Chá, diante da Light, por onde sempre passava, o professor que acabara de me reprovar, a fim de com ele tirar satisfações, embora já decidido a voltar para o interior, para Lins, onde minha família residia e meu pai mantinha uma oficinazinha de sapateiro. Eu estava decidido a retomar à minha antiga vocação para o artesanato em couro, pois nos tempos em que cursava o ginásio praticava o meu ofício de seleiro. Infelizmente não tenho condições de documentar esse encontro com o professor que me classificara de "burro" e me desclassificara no vestibular (...) Abordado, discuti com ele o absurdo daquela decisão, e sua resposta não foi outra: "cresça e apareça. Vá estudar primeiro e volte quando

de caráter linguístico-teórico, é frequentemente enxergada na própria concepção da NGB, dado que, como obviamente se sabe, por trás da nomenclatura está a doutrina. Creio que ambas as críticas carecem de procedência: a suposta imposição estatal, na realidade, não vai além de uma providência necessária para a instituição da NGB na forma de um ato administrativo.” (CAVALIERE, 2018, pp. 24-25)

estiver preparado". Além de reprovado, humilhado. Num assomo de orgulho ferido, respondi-lhe: "Pois bem: eu ainda vou ser catedrático na sua Faculdade!", ao que ele respondeu com uma gargalhada satânica: "Catedrático!" (...) em novembro de 1969 o CTA da Faculdade me convidava para assumir a regência da Cadeira de Filologia e Língua Portuguesa; em 1973 fazia concurso para Titular nessa área; e só a Reforma da Universidade em 1969 me subtraiu a satisfação de cumprir a minha promessa: ser Catedrático — e, acima disso, na própria área em que fora reprovado, 30 anos antes, nos vestibulares. (SPINA, 1990, p. 9-10)

A reclamação do professor Spina diz respeito ao problema crucial dos postulantes a um assento nas cadeiras dos cursos universitários: a metalinguagem a ser utilizada pelo candidato deveria satisfazer o desejo do arguidor. O “causo” contado pelo professor era um problema real em relação ao ensino gramatical do período. Por conta disso, era urgente uma padronização em relação aos assuntos gramaticais.

Em determinada passagem de um capítulo do livro “Observações à margem do anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira”, de Antônio José Chediak, a questão da conflitante briga de termos causava polêmicas e muitas discussões, ocasionando prejuízo aos estudantes que, muitas vezes, não davam conta de especificar as muitas e variadas terminologias cobradas nas provas de admissão ou nos concursos.

Vamos à banca dos exames de Habilitação, na Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, para a qual Faculdade se encaminham candidatos de numerosos colégios da capital e do resto do país. Frase proposta: “O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”. Para análise de *bom*, eis o resultado:

Adjunto atributivo; Adjunto restritivo; Adjunto limitativo; Adjunto limitativo; Adjunto adjetivo; Adjunto determinativo; Adjunto demonstrativo; Adjunto determinativo demonstrativo; Complemento atributivo; Complemento restritivo; Complemento limitativo; Complemento adjetivo; Complemento qualificativo; Complemento do nome, não preposicionado.

Se o professor é desses que não arredam pé de suas convicções, logo logo despacha bombeado o aluno que classificou o BOM de maneira diferente da sua; se é consciencioso, vai aceitando esses nomes todos, não sem antes, é claro, pedir-lhe o título do livro onde estudou, ou o caderno de classe para confirmar uma denominação estranha. (CHEDIAK, 1960, pp. 87- 88)

Por isso, urgia a necessidade de um documento que oficializasse a nomenclatura a ser utilizada nas situações de aprendizagem da língua, nos livros e nos concursos de admissão, pois

O problema da falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso entre nós nas escolas e na literatura didática, de há muito vinha preocupando nossos filólogos e autoridades pedagógicas, sem que as concretizassem as várias propostas feitas pelos primeiros para a sua solução ou que lograssem êxito as tentativas das autoridades administrativas que com eles se ocuparam.

(Apresentação da NGB, assinada pelo Diretor de Ensino Secundário do MEC, Gildásio Amado – In: (CHEDIAK, 1960, p. 9)

Na tentativa de solucionar a questão da variedade em relação aos termos gramaticais, uma comissão composta por proeminentes estudiosos da língua portuguesa levou às mãos do Ministro da Educação⁶ – Clóvis Salgado – o Anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira⁷. Na introdução do anteprojeto, temos a seguinte explicação

O ministro do Estado da Educação e Cultura, considerando que o conhecimento e o domínio do idioma nacional, sobre se impor primariamente como índice de civilização de um povo, concorre para acentuar e elevar, no espírito da juventude, a consciência da unidade pátria e o zelo dos valores culturais que a latinidade nos herdou; considerando, em razão disso, que o ensino da língua portuguesa deve merecer dos poderes públicos especial interesse e, pois, tratamento particular. – Clóvis Salgado da Gama (Portaria nº 32 – In.: CHEDIAK, 1960, p. 7)

Assim, no dia 24/04/1957, pela portaria ministerial nº 152/57, foi criada a comissão designada a elaborar o documento oficial denominado **Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)**. Eminentíssimos professores do Colégio Pedro II – instituição oficial da rede federal de ensino- foram designados. A saber:

- Antenor Nascentes (presidência)
- Rocha Lima (secretário)
- Clóvis Monteiro
- Cândido Jucá
- Celso Cunha
- Antônio José Chediak (assessor)
- Serafim da Silva Neto (assessor)
- Silvio Elia (assessor)

A comissão designada para a elaboração da NGB instituiu que o idioma falado no Brasil era a língua portuguesa. Encerrava-se, portanto, o debate acerca da questão língua portuguesa. Assevera Baldini (1999, p. 41-42)

⁶ Na época, Ministro de Estado da Educação e Cultura.

⁷ Em relação ao Anteprojeto, servi-me do livro **Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração** – Ministério da Educação e Cultura/Diretoria do Ensino Secundário-CADES (1959).

Desse modo, ao mesmo tempo em que nesse período há uma valorização dos estudos sobre a especificidade do Português no Brasil, admite-se a unidade com Portugal. Por outro lado, a nomenclatura também se insere em outro recorte, que é o de trabalhos sem filiação teórica definida. Assim, a NGB, além de ser uma tentativa de valorização do que é específico no Brasil, não se filia rigorosamente a nenhuma teoria. Mas o importante é ressaltar o papel do Estado, que, como sabemos, é o lugar da administração dos conflitos. No Brasil, a constituição do Estado é, ao mesmo tempo, a constituição da língua. O Estado age sob o princípio da unidade, a partir de um sistema jurídico centralizado e um sociologismo que negocia a diversidade de constituição da identidade nacional e do sujeito que ela pressupõe. A maneira como se define que língua se fala, como se tem acesso a ela, que estatuto ela tem é uma política linguística que, ao mesmo tempo em que faz isso, produz o conhecimento sobre a língua e a configura (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 14).

Em se tratando de um documento ministerial, o debate acerca de um texto governamental que passava a servir de diretriz para a metalinguagem gramatical gerou grande bulício entre os que mais diretamente lidavam com tal questão: a comunidade educacional. A comissão recebeu muitas e variadas sugestões de professores do ensino básico, de filólogos e linguistas a respeito do que poderia ser a NGB.

Documento Metalinguístico Oficial – O Documento

O documento oficial era uma tentativa de viabilizar, a todos os participantes direto da comunidade educacional, a eficaz e consciente simplificação de uma profusão de termos que obscureciam a realidade distinta dos alunos das mais diversas regiões. Nesse sentido, vale trazer para o agora a declaração de um dos mais importantes linguistas brasileiros, Mattoso Câmara (1976, p. 56):

De meu lado eu tenho de dizer que considero a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) um excelente passo em direção ao combate ao arbitrário e à fantasia individual a respeito da nomenclatura. No século XIX, dizia-se que cada professor de filosofia alemã se obrigava a criar um sistema filosófico para si. A Alemanha é a terra da filosofia; no Brasil, que é a terra da gramática, todo professor de português se crê obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua (MATTOSO CÂMARA, J. (1972) *Dispensos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas).

Partilhando da mesma opinião do professor Mattoso Câmara, muitos foram (e são) os estudiosos que acredita(r)am na relevância da NGB como uma ferramenta a contribuir para uma equivalência em relação à profusão de termos até então utilizados nos *instrumentos linguísticos* ou em atividades que exigiam o uso do idioma (provas e concursos, por exemplo).

Concomitantemente, muitos foram os estudiosos que se dispuseram a criticar o documento. O quadro a seguir exemplifica e corrobora a importância gerada pelo documento oficial, seja para balizar seja para dissentir...

Quadro 1: Documento oficial (NGB) - balizamento/dissensão

ANO	AUTOR	COMENTÁRIO
1959	ANTENOR NASCENTES	A minha condição de presidente da comissão que foi encarregada pelo Sr. Clóvis Salgado, ministro da Educação e Cultura, de apresentar um projeto de uniformização e simplificação da nomenclatura gramatical brasileira, fez com que eu me visse assediado de consultas por carta, por telefone e de viva voz. Na impossibilidade de atender a todas elas, pareceu-me mais prático elaborar um comentário que viesse esclarecer muitas, senão todas, das dúvidas suscitadas (Nomenclatura Gramatical: texto comentado, p. 3)
1959	ADRIANO DA GAMA KURY	É evidente que, sendo trabalho de muitos, lhe falta fatalmente a unidade que só a colaboração individual poderia dar. Mas o individual representaria forçosamente o pessoal – e é inevitável resultado da tarefa eclética o descosido que se nota na NGB, resultado porém, esperável de uma primeira tentativa de tal empresa (Pequena Gramática, p. 13)
1959	SILVIO ELIA* * integrante (na função de assessor) da Comissão instituída para a elaboração da NGB	A complexidade e falta de padronização da nomenclatura gramatical brasileira, responsável em grande parte pelo pequeno rendimento do estudo de língua portuguesa no ensino de nível médio, levou, em boa hora, o Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura a designar uma comissão de filólogos para estudarem e proporem projeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical (Nova Nomenclatura

		Gramatical: exemplos e comentário, pp. 5-6)
1959	ISAAC NICOLAU SALUM	A distinção entre “irregular” e “anômalo”, na classificação dos verbos, distinção dispensável, para quem quer simplificar, e introduz a designação de “abundante”, também desnecessária (O Estado de São Paulo, 21/06/1959)
1960	CELSO PEDRO LUFT	Com a elaboração da “Nomenclatura Gramatical Brasileira” não resta dúvida que avançaram as autoridades competentes um passo avantajado e resolutivo rumo à simplificação e uniformização. Todos os que ansiosamente desejavam maior simplicidade e harmonia no ensino do vernáculo certamente folgaram com a publicação da “Nomenclatura Gramatical Brasileira” e da portaria ministerial que aconselha sua adoção entrada em vigor (Gramática Resumida, p. XIII)
1960	SILVEIRA BUENO	Desde já fique bem claro que a adoção desta Nomenclatura Gramatical Brasileira não é obrigatória (...) “Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, etc.” E no art. 2.º: “Aconselhar que entre em vigor, etc.” É, portanto, apenas uma recomendação, um conselho e nunca uma ordem, uma obrigação. Além disto, Portaria não tem força de lei. Todo aquele que não quiser seguir esta novidade, tem o direito de fazê-lo. Eis porque fizemos a adaptação a fim de satisfazer os desejos dos editores e dos professores bem como alunos, diretamente, nos manifestaram a sua vontade.

O quadro em questão, obviamente, evidencia não apenas o balizamento ou a dissensão, mas a retrospectiva em torno do que havia no ensino de língua portuguesa, em especial à terminologia gramatical utilizada. A conflitante empregabilidade dos termos propiciava, então, a urgência de uma padronização.

Assim, na emergência da situação, a NGB trouxe certa organização ao caótico cenário vigente na época. Certa organização, pois sempre conviveu com a divergência, mesmo de integrantes encarregados de sua elaboração, afinal a própria comissão advertia

as naturais divergências de opinião, decorrentes de hábitos e métodos há muito cultivados por cada qual dos membros da Comissão, foram admiravelmente superadas pelo desejo real, que a todos animou, de ver chegada a termo a altíssima tarefa que lhes houve por bem confiar o Ministério da Educação e Cultura” (notas preliminares de Trabalho – In.: NGB e sua elaboração)

Parece que a divergência sempre foi o *leitmotiv* em relação ao documento oficial, antes mesmo de sua efetiva realização, afinal, quando coube ao professor Clóvis Salgado da Gama, então Ministro da Educação e Cultura da época, instituir a comissão que presidiria a feitura da NGB, os professores encarregados – sumidades e catedráticos do Colégio Pedro II – e escolhidos pelo ministro não concordaram que as credenciais seriam o suficiente para balizar o documento e, contrariando a expectativa da voz ministerial, preferiram “dar às conclusões a que chegaram o caráter de um anteprojeto a ser submetido à crítica dos professores brasileiros, antes de sua redação definitiva” (NGB e sua Elaboração, p. 10). Assim,

No intuito de convocar o magistério para a apresentação de sugestões ao trabalho da Comissão, que a Diretoria do Ensino Secundário promove a divulgação do Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, pedindo que as colaborações sejam enviadas à CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), Ministério da Educação e Cultura, 15.º and., sala n. 1.510, Rio (notas preliminares de Trabalho – In.: NGB e sua elaboração)

Segundo Chediak, o professor Rocha Lima era quem trabalhava arduamente na elaboração do anteprojeto e

escrevia uma gramática sintética, o que não condizia com as intenções do Ministro Clóvis Salgado, que desejava apenas o nome, deixando ao professor a definição e outros comentários, se houvesse. Após dois meses de discussão numa das salas da Biblioteca Nacional, a comissão aprovou o anteprojeto e encaminhou-o ao ministro da Educação (HENRIQUES, 2009, p. 32)

Parece, todavia, que o esforço despendido não evitou situações tensas... Mesmo antes de nascer, a tão afamada NGB já causava estrondos. Chediak (1999) conta o quão complicada foi a notícia da publicação do livro de um dos membros da Comissão encarregada de produzir o documento. Nas palavras dele

Uma bomba atômica explodiu no gabinete do diretor geral da Biblioteca Nacional. Um dos membros da Comissão, o prof. Cândido Jucá (filho)

acabava de publicar, pela Editora Civilização Brasileira, um livro de 130 páginas, intitulado *132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*.

E agora, José? Perguntávamos uns aos outros. O ministro já estava perdendo a paciência, e o desânimo inoculou-se em todos os espíritos. Nenhum dos membros da comissão aceitou ser relator. Era natural que não aceitasse. A imprensa já vinha noticiando o fato. (NGB e sua Elaboração, p. 10)

Em seu livro-bomba *132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, o professor Cândido Jucá (filho) apresentava as seguintes discordâncias em relação ao trabalho desenvolvido pela comissão

A ilustre comissão, nomeada pelo sr. Ministro da Educação e Cultura para elaborar um anteprojeto de nomenclatura gramatical brasileira, achou que não podia chegar a nenhum resultado satisfatório senão democraticamente, em cada caso pela maioria dos votos de seus componentes. E essa foi, na aparência, uma decisão sábia. Entretanto, o extenso anteprojeto, que resultou de cerca de três meses de trabalho, está longe de poder considerar-se um harmonioso ecletismo. Pelo contrário, saiu aberrante, indigno da cultura filológica brasileira, indigno da cultura filológica daqueles que S. Ex.^a. Convocara (...) Se todos têm o direito de criticar o anteprojeto, ninguém o tem mais do que aquele que nunca conformou com a eventualidade caprichosa dos votos que o compuseram, inteiramente alheios a qualquer espírito da unidade (p. 3)

As palavras de Cândido Jucá (filho) indicam o clima no qual a produção do documento oficial estava inserida: tensão! A tentativa de produção de um documento que facilitasse o ensino da metalinguagem utilizada nas escolas e nos *instrumentos linguísticos* didáticos urgia e a comissão escalada para tal feito cobrada para que o produto final não indicasse uma face conservadora, sendo, portanto, adjetivada de retrógrada, arcaica, nem tão inovadora que pudesse arreliar a longa tradição do ensino.

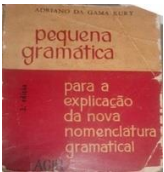


A retrospectiva envolvendo o documento oficial confirma a tese de que nem todos os grandes estudiosos nos assuntos relacionados à língua portuguesa comungavam das proposituras existentes na incipiente NGB... E isso explica, pois, o porquê de muitos livros comentando o documento terem surgido antes ou depois da publicação ministerial. Segundo Chediak,

Enviado ao ministro, este imediatamente não só o aprovou, mas ainda convocou os secretários dos Estados dos Territórios e do Distrito Federal, presentes no Rio para um congresso de educação de adultos, a fim de, reunidos na sala do Conselho Federal de Educação, tomarem conhecimento do ato e trabalharem por sua implantação (...) antes de pô-lo em circulação, a CADES resolveu submetê-lo à apreciação de quantos pudessem opinar. Em 10 de fevereiro de 1958, o ministro Clóvis Salgado enviou, por ofício, um

exemplar a cada governador, a cada reitor, ao presidente da Academia Brasileira de Letras, ao presidente da Academia Brasileira de Filologia, ao diretor geral do Colégio Pedro II, ao presidente da Câmara do Distrito Federal. E o diretor do Departamento de Ensino Secundário, Gildásio Amado, a todas as faculdades de filosofia – seção de letras neolatinas (...) Como era de esperar, para logo surgiram várias edições comentadas (HENRIQUES, 2009, p. 33)

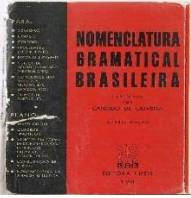

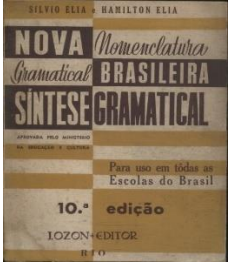
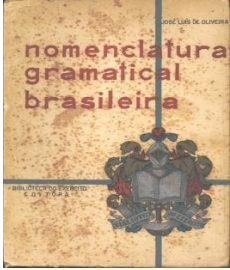
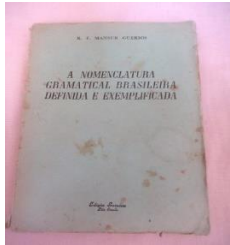

Das muitas edições comentadas, além da realização de concursos⁸ de interpretação da NGB, houve uma abundância de publicações que visavam atribuir sentido ao que fora implantado pela terminologia proposta pela nomenclatura oficial, comentando-a, explicando-a e exemplificando-a – caso, por exemplo, do livro *Comentário à nomenclatura gramatical brasileira*, do próprio presidente da Comissão, Antenor Nascentes, publicado ainda em 1959. O quadro a seguir elenca algumas das muitas publicações surgidas e que objetivavam, especificamente, comentar o recém lançado documento oficial.

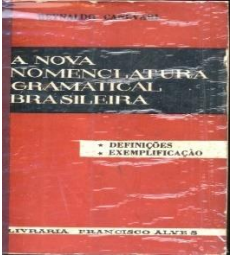
Quadro 2: NGB – Comentadores

AUTOR	NOME DA OBRA	CAPA
Adriano da Gama Kury	Pequena Gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical	
Antenor Nascentes ⁹	Comentário à Nomenclatura Gramatical Brasileira	
Antônio José Chediak	Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração	
Cândido de Oliveira	Nomenclatura Gramatical	

⁸ A CADES (Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), órgão subordinado ao MEC, realizou, em 1961, concurso para premiar trabalho que melhor explicasse e interpretasse a NGB. O primeiro colocado foi Novir Sebastião dos Santos Barbosa.

⁹ Há mais duas obras do autor destinadas ao propósito de comentar a NGB: “Léxico da Nomenclatura Gramatical Brasileira” e “Nomenclatura Gramatical Brasileira”.

	Brasileira	
Cândido Juca (filho)	132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira	
Hamilton e Silvio Elia	Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira – síntese gramatical	
José Luís de Oliveira	Nomenclatura Gramatical Brasileira	
Mansur Gueiros	A Nomenclatura Gramatical Brasileira: definida e exemplificada	
Novir Sebastião	Interpretação da Nomenclatura Gramatical Brasileira	
Reinaldo Canevari	A Nova Nomenclatura	

	Gramatical Brasileira – definições e exemplificações	
--	---	---

O documento a que tantas obras se detiveram ainda não era a versão final do que hoje conhecemos. Segundo a Comissão responsável pela elaboração houve, *a priori*, normas preliminares para a execução do trabalho e assim se estabeleceu

A Comissão designada para elaborar o Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, a qual se reuniu, durante dois meses, uma vez por semana, numa das dependências da Biblioteca Nacional, aprovou, em sua primeira sessão, as seguintes normas de trabalho:

I – as deliberações serão tomadas pelo voto da maioria;

II – a escolha de cada um dos nomes se fará depois de realizado o levantamento das várias designações correntes nas obras de autores nacionais consagrados;

III – tal seleção atenderá a tríplex aspecto:

a) a exatidão científica do termo;

b) a sua vulgarização internacional;

c) a sua tradição na vida escolar brasileira.

IV – eliminar-se-ão as denominações múltiplas, optando-se por aquela que, além de mais simples, fôr de uso mais fácil.

As naturais divergências de opinião, decorrentes de hábitos e métodos há muito cultivados por cada qual dos membros da Comissão, foram admiravelmente superadas pelo desejo real, que a todos animou, de ver chegada a termo a altíssima tarefa que lhes houve por bem confiar o Ministério da Educação e Cultura. (Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração, p. 11)

Normas estabelecidas, a Comissão enviou, no dia 13 de agosto de 1957, ofício ao Ministro da Educação e Cultura a fim de comunicar a criação do Anteprojeto e base geral utilizada para sua realização. Os autores explicam que obedeceram a duas perspectivas:

- a primeira: respeito a um apurado teor técnico;
- a segunda: aproveitamento do que já estava consagrado na tradição escolar.

Analisando o texto do ofício, fica evidente que o documento oficial objetivava relacionar inovação em alguns pontos gramaticais à terminologia gramatical tradicional. A questão que se faz presente no momento é: o que a Comissão indicava como terminologia tradicional e inovação?

A essa pergunta, as respostas podem ser encontradas nos ofícios enviados pelo Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, que, mesmo sendo contrário, acatou a decisão da

Comissão em expor o anteprojeto ao maior número possível professores (ensino básico e superior), bem como por instituições acadêmicas existentes no país. E assim foi feito. O Ministro encaminhou o anteprojeto aos governadores dos Estados, aos reitores de Universidades, ao Colégio Pedro II (na figura de seus diretores), à Academia Brasileira de Letras, à Academia Brasileira de Filologia e às seções de Letras das Faculdades.

A leitura desses ofícios revela que todos os envolvidos em contribuir para que o documento chegasse a um denominador comum assim o fizeram. A tabela a seguir sintetiza esses dados históricos do documento. Vejamos:

Tabela 1 – OFÍCIOS – Anteprojeto NGB

OFÍCIO – (ENCAMINHAMENTO)	DATAS DE ENVIO
GOVERNADORES DE ESTADO	10 de fevereiro de 1958
REITORES DE UNIVERSIDADES	10 de fevereiro de 1958
PRESIDENTES DAS ACADEMIAS (LETRAS; FILOLOGIA)	10 de fevereiro de 1958
DIRETORES DO COLÉGIO PEDRO II	24 de fevereiro de 1958
PRESIDENTE DA CÂMARA DO DISTRITO FEDERAL*	8 de maio de 1958
FACULDADES DE FILOSOFIA – SECÃO DE LETRAS NEOLATINAS*¹⁰	Mai de 1958

A tabela indica que houve, por parte da Comissão encarregada da preparação do documento, vontade coletiva no que diz respeito à elaboração do texto oficial, afinal o anteprojeto foi enviado a todos que quisessem contribuir para a efetiva realização do texto que seria o produto final do anteprojeto.

Documento Metalinguístico Oficial – O Documento - Anteprojeto¹¹

¹⁰ Os asteriscos servem para indicar que os ofícios enviados para as duas instituições não apresentavam o mesmo formato textual dos demais.

¹¹ O Anteprojeto, espécie de arcabouço da NGB, era o pontapé inicial do documento e punha fim à falta de uniformidade no que tange ao uso da terminologia aplicada aos estudos linguísticos-gramaticais, uma vez que a

Antes de a portaria nº 36 ratificar o nascimento da NGB, o que existia era o conhecido **Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira**, denominado **Anteprojeto**.

Se há uma data que poderia revelar a gênese de toda a questão envolvendo a NGB, podemos dizer que ela está expressa na portaria nº 152 e publicada no Diário Oficial de 30/04/1957, p. 10.838. A data é importante, pois o então Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado da Gama, tornou real um desejo antigo¹² que pairava nas discussões acerca do ensino gramatical

considerando que um dos empecilhos maiores, senão o maior, à eficiência de tal ensino tem residido na complexidade e falta de padronização da nomenclatura gramatical em uso nas escolas e na literatura didática; considerando que, por sua relevância, este assunto tem preocupado, em todos os países cultos; a atenção de eminentes linguistas, pedagogos e autoridades do ensino; considerando, por fim, que sob o aspecto didático, largos benefícios traria à vida escolar brasileira a adoção de uma terminologia gramatical simples, adequada e uniforme (Apresentação da NGB, assinada pelo Diretor de Ensino Secundário do MEC, Gildásio Amado – In.: CHEDIAK, 1960, p. 9)

Surgia, então, a gênese da NGB: o **Anteprojeto**. Trata-se de um documento¹³ com pouco mais de 25 páginas, cuja partição indica a seguinte tríade: Fonética, Morfologia e Sintaxe. O que se nota na leitura das sugestões ao Anteprojeto é que havia unanimidade na importância de se criar um documento que padronizasse a questão da terminologia gramatical. Os autores que se dispuseram a promover algum tipo de sugestão deixam explícita a importância de uma nomenclatura. Assim, no quesito urgência de uma padronização para dirimir os problemas relacionados ao uso dos termos, a resposta foi um harmonioso SIM. As

variedade de termos era grande. Exatamente na questão da uniformidade que residia toda a discussão acerca de um documento que pudesse simplificar a terminologia empregada nos estudos relacionados à língua portuguesa.

¹² Vale ressaltar que não eram recentes e nem de momento as declarações acerca da questão de uma possível padronização da terminologia gramatical. A título de exemplo, Chediak, em palestra proferida na Academia Brasileira de Letras – 13/04/1999, conta que, em 1944, estava na iminência de publicar um artigo no jornal literário *Dom Casmurro* sob o título “Urgente complemento à reforma do ensino”, que, segundo ele, focalizava o problema da nomenclatura. Há, também, no periódico *Panfleto*, setembro de 1954, o texto do professor Modesto de Abreu, sob o título “O caos no ensino do vernáculo”, acerca do tema da nomenclatura. Além disso, 1956, na Bahia, houve a realização de um Congresso e no evento, 12/10/1956, a questão da nomenclatura vem à baila. Chediak diz que no espaço de uma das tertúlias, ao professor Celso Cunha – amigo particular do Ministro da Educação, Clóvis Salgado – foi sugerido um expediente para que se constituísse uma comissão para elaborar o Anteprojeto da nomenclatura. Assim o fez o professor Celso Cunha e o ministro assim o fez, também, quando assinou a portaria nº 152 do dia 24/04/1957 e a fez oficial no dia 30/04/1957.

¹³ No dia 13/08/1957, poucos meses depois da oficialização, a Comissão encarregada fez chegar às mãos do Ministro os originais do Anteprojeto.

respostas aos ofícios foram dadas e acompanhadas das sugestões solicitadas ao Anteprojeto. Vejamos:

Quadro 3 – Respostas aos OFÍCIOS – Anteprojeto NGB

OFÍCIO (ÓRGÃO EMISSOR)	DATAS	RESPOSTA AO OFÍCIO - VALORAÇÃO DA PROPOSTA DE UMA NGB
Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria de Educação e Cultura - Ofício n.º 1170/58	29 de abril de 1958	Senhor Ministro: Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em nome do Govêrno do Estado, as conclusões do estudo que, por solicitação dêsse Ministério, os professôres de Português, do Rio Grande do Sul, efetuaram sôbre o Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical. Informamos a V. Excelência que as sugestões relativas ao magnífico trabalho de autoria dos Professôres Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima e Cândido Jucá (filho) resultaram do estudo procedido por elementos do quadro docente de escolas oficiais e particulares, reunidos em comissão especial por convocação do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais desta Secretaria de Educação e Cultura. Apresentamos a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.
Academia Brasileira de Filologia	30 de abril de 1958	Exmo. Sr. Prof. Dr. Gildásio Secundário, M. D ¹⁴ . Diretor do Ensino Secundário: Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex. ^a , veiculados por esta Academia, quatro trabalhos da crítica ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, subscritos respectivamente pelos Srs. Acadêmicos: a) Antônio J. Chediak, b) Artur de Almeida Tôrres, c) Cândido Jucá (Filho), d) Jarbas Cavalcante de Aragão. Em tempo útil a Academia enviará a sua própria crítica, resultante de debates que se têm feito nas suas sessões ordinárias, e até extraordinárias expressamente convocadas. Na conformidade dos nossos Estatutos, o assunto nos afeta profundamente, uma vez que, pelo “Art. 2.º - A Academia Brasileira de Filologia tem como fim precípua orientar e sistematizar os estudos do idioma nacional.” Por isso se declara no “Art. 3.º - A Academia desenvolverá, entre outras, as seguintes atividades: a) Preparação de um plano de Nomenclatura gramatical, que será revisto periódicamente e servirá de base à

¹⁴ A sigla M.D., em linguagem vinculada a documentos oficiais, faz menção ao cargo ou função laboral, a fim de tornar honroso, com a expressão MUI DIGNO, o destinatário.

		<p>elaboração da sua Gramática padrão”.</p> <p>Neste sentido a Academia Brasileira de Filologia trabalhava decisivamente quando S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Educação e Cultura, houve por bem designar a ilustre Comissão de Catedráticos do venerando Colégio Pedro II, a qual apresentou o referido Anteprojeto.</p> <p>Aproveito a oportunidade para significar a V. Ex.^a a segurança de minha alta consideração.</p> <p>a.) Cândido Jucá (filho), presidente</p>
Universidade do Brasil – Ofício n.º 828	05 de maio de 1958	<p>Do Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia Ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil Magnífico Reitor:</p> <p>Cumprindo despacho de V. Magficia. que determinou atender a solicitação contida em o Aviso n.º 155, de 10 de fevereiro último, de Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação e Cultura, tenho o prazer de remeter, para ser encaminhado ao M.E.C., o Parecer dos Departamentos de Letras Clássicas e Vernáculas e de Letras Modernas desta Faculdade sobre o Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira.</p> <p>No ensejo, renovo a V. Magficia. os protestos de alta estima e distinta consideração.</p> <p>(a.) Eremildo Luiz Vianna – Diretor</p>
Universidade Católica de Campinas	sem data	<p>Excelentíssimo Senhor Ministro</p> <p>Em atenção ao pedido de V. Exa. Para convocar os professores do Curso de Letras Neolatinas desta Faculdade de Filosofia a fim de apresentarem sugestões ao Anteprojeto sobre nomenclatura gramatical, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. o Parecer dos referidos professores.</p> <p>Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. cordiais protestos de alta estima e particular consideração.</p> <p>Ass. Mons. Dr. Emílio José Salim - Reitor</p>
CADES (Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário)	sem data	<p>Professor Antenor Nascentes – Presidente da Comissão de Anteprojeto de Unificação e Simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira</p> <p>Senhor Presidente:</p> <p>Tenho o prazer de encaminhar a V. S.^a o processo n.º 60955/58, deste Ministério, relativo ao trabalho apresentado pela Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, contendo sugestões sobre o Anteprojeto da Unificação e Simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira.</p> <p>Junto um ofício do Sr. Governador do Estado do Amazonas, concernente ao assunto.</p> <p>Atenciosamente, José Carlos de Mello e Souza – Chefe da Secretaria da CADES.</p>

Analisando as propostas sugeridas por aqueles que se debruçaram sobre o anteprojeto, percebe-se que seria muito difícil à comissão contemplar as solicitações enviadas, seja pelo fato de que as sugestões eram diversas entre si, mesmo em assuntos comuns, seja pelo fator

tempo para uma reelaboração do material já escrito. Ao observarmos um tema comum entre as sugestões, a questão da classe dos Advérbios, ratifica-se o quão vastas eram as possibilidades a serem analisadas pela comissão e o quão difícil seria acatar o que era mencionado, uma vez que alguém sempre seria voto vencido na escolha. Fiquemos com o caso dos *Advérbios* a fim de exemplificarmos tal celeuma. No Anteprojeto, assim aparece a classe gramatical:

7. Advérbio

Divisão dos advérbios:

de *causa*

de *lugar*

de *modo*

de *tempo*

A função do advérbio é expressar as várias *circunstâncias* que cercam a significação do verbo.

As circunstâncias se reduzem, fundamentalmente, às quatro apontadas; por isso, não se podem considerar advérbios as palavras que se prendem a adjetivos ou a outros advérbios para indicar-lhes o grau: *muito* rico (= riquíssimo), vender *muito* caro (vender caríssimo), nem, tampouco, aquelas – umas, de valor conceptual; outras, de valor afetivo – que antes modificam a frase em sua totalidade do que ao verbo em particular.

Locução adverbial: às claras, às escondidas, às vezes, de propósito, de viva voz, por atacado, etc (NGB, p. V).

A primeira observação a ser feita e que perpassa todo o documento diz respeito à ausência de definições¹⁵ para alguns tópicos gramaticais. Nesse quesito, os comentadores foram uníssonos na crítica. Ora criticam o fato de a função dada ser enquadrada como definição ora criticam o fato de o termo *circunstância* ter sido utilizado para caracterizar os advérbios. Assim se manifestam:

Quadro 4 - NGB - Comentadores – Advérbio

AUTOR	ADVÉRBIO
Artur de Almeida Torres (Academia Brasileira de Filologia)	“Acho que todo o capítulo dos advérbios deve ser revisto (...) O Anteprojeto não justifica porque o faz (...) há outras circunstâncias (...) não define advérbio” (p. 68)
Ismael de Lima Coutinho; Sílvio Elia	“revisão na classificação dos advérbios (...)”

¹⁵ Muitas das críticas dos estudiosos que responderam ao ofício do ministério, apontam para a ausência de definições para muitos termos gramaticais. No caso das classes morfológicas, o Anteprojeto não define as seguintes classes: Substantivo, Numeral, Pronome, Verbo, Preposição, Conjunção, Interjeição. Quanto aos adjetivos e advérbios, as definições/funções aparecem e foram ponto de crítica pelos comentadores. Um deles, por exemplo, o acadêmico Artur de Almeida Torres, assim se manifesta em relação ao Adjetivo: “a meu ver, essa redação peca por demasia e se ressent de redundância, como ‘aparência exterior’ (p. 89 - Nomenclatura e sua elaboração).

(Academia Brasileira de Filologia)	reitera aqui a observação da inoportunidade das definições (...) a conceituação do advérbio como palavra que exprime circunstâncias não é exata” (p.175)
Serafim da Silva Neto; Ernesto de Faria Júnior (Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos e de Letras Modernas – Universidade do Brasil/Faculdade de Filosofia)	“reduzem-se os advérbios a quatro circunstâncias: causa (de existência controvertida, aliás), lugar, modo e tempo. Como se vê, inclui-se ‘modo’ no rol das circunstâncias, o que não parece correto” (p. 191)
Esther Menna Barreto Costa; Aracy Silva; Fausto de Borja Borjes; Anna Inez Toígo; Adelina Tocchetto; Christina Queiroz Prestes; Corina dos Santos Paz; Eloah M. Bina; Nilda Pereira Martines; Leda Bisol; Jessy Bastos Pinto de Lima (Secretaria de Educação e Cultura – Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, Rio Grande do Sul)	“Consideram a inovação nessa classificação de palavras por demais revolucionárias, para afigurar numa obra destinada a apaziguar contendas. Dentre outras objeções (...) se há quatro espécies de advérbios (causa, lugar, modo e tempo), como enquadrar nesse conceito as orações adverbiais ligadas por sete (ou mais) espécies de conjunções subordinativas?” (p. 200)
Albino de Bem Veiga (Departamento de Letras – Universidade do Rio Grande do Sul/Faculdade de Filosofia)	“Na divisão dos advérbios, elimine-se a <i>causa</i> , porque circunda a oração, não formando, pois, uma circunstância no sentido aí atribuída” (p. 209)
Francisco Ribeiro Sampaio; Matilde Pettine; Georges Reeders; Braulio Sanches Saez; Francisco Galvão de Castro; Joaquina Elisa Ribeiro Moraes Sampaio Serrano; João Ecsodi (Universidade Católica de Campinas – Departamento de Letras Neolatinas/Faculdade de Filosofia)	“Porque não haverá também grau para o advérbio quando dizemos, por exemplo: ‘ <i>Pedro chegou mais cedo que Paulo?</i> ’ (...) Só dificuldades acarretará tão grande e disparatada conjunção de fatos gramaticais sob a mesma designação (...) Em resumo: o Anteprojeto peca por impreciso, por simplista (pois esquece elementos importantes para a boa solução do problema... e simplifica... simplifica) e apresenta, a nosso ver, feias falhas de doutrina” (221/222)
Alba Abramant Pinkusfeld (Instituto de Educação do Distrito Federal e no Curso de Continuação e Aperfeiçoamento da Prefeitura do Distrito Federal)	“senti falta dos que indicam intensidade, pois os exemplos da Comissão nunca mostraram as partículas intensivas como modificadoras de verbos. Onde classificar tais palavras...” (p. 225)

O quadro é um indicativo de que o **Anteprojeto** dialogou, e muito, com as mais variadas esferas educacionais e com as mais variadas personalidades representativas de assuntos ligados à língua portuguesa. Na abrangência desse diálogo, é evidente que a

multiplicidade de fontes e correntes teóricas/doutrinárias não promoveria um fator concordante na construção do que seria, efetivamente, o documento final.

Fatores corroboraram tal assertiva:

- a) **o fator tempo:** menos de 3 meses para que se efetivassem as mudanças todas que foram sugeridas pelos leitores do anteprojeto;

... a Comissão objetivou simplificar e uniformizar a divergente nomenclatura gramatical ensinada nas escolas secundárias brasileiras. Reconhece não terem sido de todo favoráveis as condições de trabalho, o prazo de três meses foi bastante curto”. (p. 181 – extrato das Atas das sessões da Academia Brasileira de Filologia, sessão de março de 1958 - Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração)

“o Senhor Presidente. ... A propósito da distribuição do Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, lamenta não tenha sido bem feita, podendo até transmitir a reclamação do professor Silveira Bueno e do Sr. Otávio Faria que dêle só vieram a conhecer por iniciativa do declarante. Sugere se pleiteie prorrogação, por prazo maior, para recebimento das restrições e sugestões solicitadas pelo Ministério.

[...]

O Acadêmico Celso Cunha, antes que o Confrade Sílvio Elia procedesse à leitura do parecer final da Academia sobre o Anteprojeto, teme não se possa enriquecer este parecer com algumas das atuais sugestões do Colega Chediak, bem como de outros que não se puderam pronunciar. O Senhor Presidente concorda com essas inclusões, em forma de anexos, dada a exiguidade do prazo estipulado pelo Ministério” (pp. 183-4 – extrato das Atas das sessões da Academia Brasileira de Filologia, sessão de março de 1958 - Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração)

- b) **o fator ministerial:** conclusão do documento para que se tornassem públicas e balizadas as devidas mudanças em relação à terminologia gramatical (para o uso efetivo em provas e/ou concursos);

o problema da falta de padronização da nomenclatura gramatical, em uso entre nós nas escolas e na literatura didática, de há muito vinha preocupando nossos filólogos e autoridades pedagógicas, sem que se concretizassem as várias propostas feitas pelos primeiros para a sua solução, ou que lograssem êxito as tentativas das autoridades administrativas que com êle se ocuparam. Coube ao Prof. Clóvis Salgado, atual ministro da Educação e Cultura a solução definitiva do problema, com a designação de uma comissão para estudar o assunto, atendendo a sugestão da diretoria do Ensino Secundário, que havia incluído esse empreendimento no plano de atividades de sua Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)” (s/p – Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração)

- c) **o fator pessoal:** a preparação, a elaboração, a promoção e a conclusão dos trabalhos ficaram a cargo de um contingente específico de pessoas consideradas sumidades no assunto. Entretanto... outras sumidades não foram sequer lembradas... *morsu animi*

Documento Metalinguístico Oficial – O Documento – NGB

Precedentemente ao advento oficial da NGB (1959), a produção exacerbada de gramáticas fazia com que professores e especialistas no assunto declarassem o descontentamento em relação às dificuldades que uma falta de padronização na metalinguagem empregada no ensino ou em provas de concursos ocasionava. Em virtude disso, com a institucionalização do documento (NGB), muitas foram as vozes especializadas favoráveis àquilo que se oficializava como um instrumento de padronização da metalinguagem gramatical em língua portuguesa. Mattoso Câmara (1976, p. 56), por exemplo, considerava a NGB um excelente passo em “direção ao combate ao arbitrário e à fantasia individual”. A fala de Câmara faz com que não nos esqueçamos de que, no século XIX, os gramáticos tiveram papel basilar na relação entre a produção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional, uma vez que ocupavam uma posição de conhecimento que não se reduzia ao simples ato de reproduzir o saber linguístico português. Segundo Orlandi (2000, p. 29)

Sendo a independência um já adquirido, no momento da República no Brasil - com sua ideologia positivista (Orlandi, 1993) - não basta aos brasileiros saber sua língua: é preciso, do ponto de vista institucional, saber que eles a sabem. A gramática é o lugar de visibilidade desse saber legítimo que pertence à sociedade brasileira como um todo. Deslocando esse saber metalinguístico de Portugal para o território brasileiro, os gramáticos deslocam ao mesmo tempo o direito de decidir como é esta língua, a língua portuguesa (brasileira).

Se ao autor de gramática, no século XIX, cabia o papel de intelectual na sociedade e de autoridade em relação ao português, o *instrumento linguístico gramática* “é lugar de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade dando forma à relação entre Língua/Nação/Estado” (ORLANDI, 2000, p. 29). Desse modo,

No século XIX, a produção das gramáticas brasileiras é um dos componentes da identidade linguística, da identidade nacional, e da identidade do cidadão na sociedade brasileira. É assim que surge uma posição-autor gramático brasileiro, onde se produz um conhecimento legítimo da língua que corresponde a um gesto de apropriação da própria língua. (ORLANDI, 2000, p. 30)

Se podemos afirmar que no século XIX reside a conjunção entre Língua e Estado e o gramático desempenha papel intelectual e político, no século XX (início e meio), essa ambientação se altera. Com o alicerçamento da República, o Estado brasileiro vai se definindo e as diferenças em relação a Portugal se cristalizam: Ensino Superior organizado em torno da

criação das Faculdades e Escolas seguindo em pleno desenvolvimento. É nesse contexto que a produção de gramáticas não busca mais revelar filiações teóricas de seus autores. Trata-se, na verdade, bem mais das variadas descrições e análises: proposições acerca da análise de frases, de complementos, distinções que recaem sobre adjuntos e sua descrição etc. Tem-se o cenário perfeito para que surja a proposição de uma nomenclatura que dê conta (ou tente) de apaziguar os ânimos revoltosos de todos aqueles que reclamavam de uma metalinguagem gramatical totalmente desunificada e, ao mesmo tempo, que busque enquadrar a miscelânea de terminologia gramatical existente no Brasil.

Nascia, pois, no dia 28 de janeiro de 1959, portaria nº 36, com “certidão de nascimento” abalizada no Diário Oficial do dia 11 de maio de 1959, a **Nomenclatura Gramatical Brasileira - NGB**. O Documento oficial encerrava, de vez, os burburinhos nos bastidores de produção e todas as querelas oriundas da discussão, elaboração e concretização desse *instrumento linguístico/político*.

Na ocasião do nascimento, as palavras do então Ministro Clóvis Salgado foram:

O Ministro do Estado da Educação e Cultura, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da portaria nº 152, de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e linguistas, de todo o país, ao anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, resolve:

Art. 1º - Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente portaria, no ensino programático da língua portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

Art. 2º - Aconselhar que entre em vigor;

- a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959;
- b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91 a partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.

Oriunda de um anteprojeto de pouco mais de 25 páginas, a **Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)** vinha a público: pensada e elaborada com o objetivo de nortear o uso da metalinguagem até então existente e que era motivo de reclamações, a NGB procurou uniformizar, esquematizar e simplificar a terminologia gramatical. Entende-se, pois, o porquê de sua resolução nos artigos 1º e 2º fazer menção à questão do ensino programático no ensino de língua nas escolas. Vejamos:

Art.1º - Recomendar a adoção (...) no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

Art.2º - Aconselhar que entre em vigor: a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959; b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91 a, partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.

Para tanto, houve um “enxugamento” do que existia no Anteprojeto. Dessarte, a NGB passou apenas a indicar os pontos a serem considerados relevantes para o estudo gramatical. A divisão gramatical se fez em torno da tríade até hoje vista em muitas obras contemporâneas, no caso: Fonética, Morfologia e Sintaxe. Além disso, não apresentou definições, já que atendeu ao pedido da Comissão para que houvesse uma assessoria que enquadrasse o documento ao estabelecido pelas normas. Feito isso, cada bloco gramatical revelou uma terminologia que dava à metalinguagem própria dos estudos gramaticais um caminho a ser considerado. Os aspectos internos do documento revelam que a brevidade terminológica na qual estava pautado cumpria ao menos um dos aspectos mencionados na portaria 36: simplificação e unificação. Efetivamente, simplificado o documento ficou quando passou a vigorar.

Em suas pouco mais de 5 páginas, temos a tríade clássica dos estudos gramaticais (fonética, morfologia e sintaxe) estruturada em denominações, ou seja, do **Anteprojeto** ao documento oficial – **NGB** – o apagamento de definições teve como resultado um texto menos definitório e muito mais denominativo. As partes são apresentadas de maneira indicativa/denominativa. Criado, datado e certificado, o documento oficial NGB passa a fazer parte da *instrumentalização linguística*¹⁶ em língua portuguesa, anunciando, vale ressaltar, que

teve sempre em mira a recomendação (...) de uma terminologia simples, adequada e uniforme – bem como atender ao tríptico aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho:

- a) a exatidão científica do termo;
- b) a sua vulgarização internacional;
- c) a sua tradição na vida escolar brasileira.

Conforme descrito anteriormente, a NGB surge para tentar dirimir uma situação terminológica considerada caótica em relação ao ensino de língua. Até a promulgação da NGB,

¹⁶ *Instrumentalização linguística*: possibilidade, moderna, que alguns autores dão ao conceito de *instrumento linguístico*. Tais autores analisam a materialidade do conceito e dizem que muitos instrumentos (e não apenas gramáticas e dicionários) podem ser considerados na perspectiva do funcionamento (processo) discursivo e não apenas de sua função, possibilitando, assim, a existência material de possíveis outros instrumentos. A título de exemplo: o Museu da Língua Portuguesa “funciona, em algumas condições, como um instrumento linguístico, na medida em que, à semelhança da gramática e do dicionário, ele também intervém na relação entre a língua, o sujeito e o Estado” (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 309 - Letras, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 307-315, jan./jun. 2013).

havia grande miscelânea na quantidade de termos utilizados pelos estudiosos de gramática. A disparidade gerava falta de clareza entre as terminologias adotadas e, evidentemente, criava um problema considerável para os alunos e, conseqüentemente, para os professores. O que fica nas entrelinhas é que, sem o nascimento do documento oficial, o trinômio Aluno-Ensino de Língua/Gramática-Professores estaria longe de encontrar um denominador comum.

Aos alunos:

Fazer com que a memória tivesse a capacidade de um *hardware* de grande armazenagem, afinal as provas a que estavam(riam) submetidos exigiam(riam) um repertório grande em relação aos termos utilizados para algum determinado ponto gramatical. Segundo Kenedy (2010, p. 1)

De fato, a heterogeneidade de termos até então utilizados pelos estudiosos da gramática constituía um grande problema não apenas para o estudo escolar do português, mas também para o avanço das pesquisas linguísticas do Brasil. Só para termos uma ideia, tomando um exemplo da sintaxe, o sintagma que é selecionado como complemento do nome (substantivo, adjetivo ou advérbio), hoje universalmente descrito como “complemento nominal”, tinha, antes da NGB, as denominações “objeto nominal” (Maximino Maciel), “complemento restritivo” (Carlos Góis), “complemento terminativo” (Eduardo Carlos Pereira), “adjunto restritivo” (Alfredo Gomes), entre outras. Além disso, nos estudos gramaticais pré-NGB, era muito comum que termos da análise lógica fossem misturados a termos da descrição gramatical, provocando confusão quanto ao valor de certas notações, tais como “complemento lógico”, “adjunto inampliado”, “constituente incompleto”, dentre muitos outros casos. No meio de tanta imprecisão vocabular e dentre tantos termos descritivos díspares, o estudioso da língua muitas vezes se via obrigado a aprender uma nomenclatura específica a cada autor consultado – ou mesmo a cada livro diferente de um mesmo autor.

Aos professores:

Tanto para os professores consultados na época da elaboração do documento quanto para os mais recentes, a convergência de que era necessária e válida a criação de um documento que padronizasse a terminologia empregada pelos materiais de estudo é reinante... mesmo algumas vezes agindo na dissonância (e muitas vezes negativa) acerca do documento. O quadro¹⁷ a seguir corrobora a questão. Vejamos:

Quadro 5 - NGB – opiniões

ESPECIALISTAS (MEIO ACADÊMICO)	OPINIÕES ASSONANTES
	Nos níveis fundamental e médio, a par dos vários

¹⁷ Baseei-me em Henriques (op. cit., 2009, p. 69).

AMINI BOAINAIN HAUY	enfoques que objetivam o desempenho linguístico do aluno, o ensino sistematizado da teoria gramatical evidentemente dever ser pautado numa nomenclatura oficial, essencialmente denotativa.
ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO	Precisa-se de uma nomenclatura uniformizada em virtude das razões práticas do ensino. Nesse sentido, a NGB cumpriu seu papel, já não há aquela enorme variedade terminológica de antes de 1959. Era complicado organizar concursos públicos, provas de vestibular – sem falar dos alunos que mudavam de escola!
CARLOS ALBERTO FARACO	Se conseguíssemos alcançar um mínimo consenso sobre este tema, poderíamos, então, pensar que seria desejável que uma gramática pedagógica mínima seguisse uma nomenclatura uniforme também mínima.
CLAUDIO CEZAR HENRIQUES* *a opinião do autor não faz parte do grupo de respostas, já que ele foi o criador da ideia de perguntar aos especialistas a opinião acerca da NGB. A opinião é dada ao longo do livro.	E tudo tem nome, porque, afinal de contas, se os alunos têm nome, se o professor tem nome e a escola tem nome, porque o coitado do artigo definido só vai se chamar “azinho” e o artigo circunflexo “chapeuzinho”? Mas não é preciso uma nomenclatura gramatical sofisticada. Só se pede que ela seja apenas uma.
CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA	Sobre a indagação da necessidade, nos dias atuais, de uma nomenclatura gramatical uniforme no ensino de português, nos níveis fundamental e médio, minha resposta é positiva, pela mesma razão básica que originou a NGB de 1959: contar-se, para tais níveis de ensino, com uma nomenclatura atualizada, simplificada e unificada.
HÉLENIO FONSECA DE OLIVEIRA	Quanto à necessidade de uma nomenclatura gramatical uniforme para os níveis fundamental e médio, não há dúvida de que era e continua sendo necessária.
IEDA MARIA ALVES	Uma terminologia linguístico-gramatical, que abranja, termos das várias subáreas gramaticais, é bastante oportuna. Certamente não será aceita consensualmente por linguistas, filólogos e

	pesquisadores da língua portuguesa, mas poderá cumprir a mesma função desempenhada pela NGB de 1959: a de servir como elemento referencial no que concerne à terminologia linguístico-gramatical.
IRANDÉ ANTUNES	As nomenclaturas são necessárias, dentro da função “designadora” que cumprem. Sua uniformidade facilita o uso adequado da metalinguagem, quando isso for necessário.
JOSÉ CARLOS SANTOS DE AZEREDO	Não há como negar a utilidade da nomenclatura comum quando queremos abordar algum tema em dado ramo do conhecimento academicamente elaborado (...) E, para tanto, a nomenclatura gramatical é necessária.
JOSÉ LUIS FIORIN	Uma nomenclatura gramatical uniforme no ensino de língua portuguesa nos níveis fundamental e médio é necessária, porque, se cada professor usasse uma nomenclatura diferente, o aluno, saltando de uma terminologia para outra, gastaria muito mais tempo do que hoje em seu aprendizado.
LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO	No ensino da língua portuguesa nos níveis fundamental e médio, não apenas no Brasil, mas também em Portugal e nações africanas de língua portuguesa, é evidente a necessidade e importância superior de uma nomenclatura gramatical uniforme.
LEONOR LOPES FÁVERO	A geração que está hoje ensinando não tem a menor ideia do que é a NGB, sua origem, implantação etc. A NGB exerceu papel relevante na época em que foi oficializada e nos anos subsequentes, já que procurou padronizar a terminologia gramatical. Exerce, ainda hoje, função importante, talvez ainda maior, se considerarmos o grande número de faculdades de letras no país, com orientações diferentes, lançando no mercado, muitas delas, jovens mal preparados.
LUIZ CARLOS TRAVAGLIA	É evidente que uma nomenclatura gramatical é necessária, por ser uma condição básica da

	<p>existência de qualquer coisa. Não seria diferente com a linguística, com os estudos linguísticos, porque, sem uma terminologia, sem uma metalinguagem, seria difícil constituir e utilizar métodos teóricos e analíticos aplicáveis à língua.</p>
MARGARIDA BASÍLIO	<p>Apesar de todas as críticas que não podemos deixar de fazer à Nomenclatura Gramatical Brasileira, considero que, com a crescente proliferação de teorias, subteorias e suas ramificações nos estudos da linguagem, a NGB continua sendo cada vez mais necessária</p>
MARIA HELENA DE MOURA NEVES	<p>Considero necessária a existência de uma nomenclatura gramatical uniforme para efeito de padronização em concursos e exames classificatórios que exijam formação nos níveis de ensino fundamental e médio, por exemplo, em exames vestibulares.</p>
NELLY CARVALHO	<p>É visível que o baixo nível do ensino de português no país passa pela falta de conhecimento da sistematização nos níveis fonético/fonológico (gerando o caos na ortografia), morfológico, sintático e semântico. A uniformização da nomenclatura é necessária em todas as línguas de cultura, como alertava Houaiss, mas parece que o português do Brasil dispensa regulamentações, no nome de um laissez-faire que não leva a nada, ou que leva de roldão o ensino e a prática da língua padrão.</p>
REINALDO PIMENTA	<p>O vocabulário de uma língua é uma nomenclatura. Ninguém pode chamar uma mesa de “poste”, assim como ninguém pode chamar um poste de “mesa”. O objetivo de uma nomenclatura não é criar amarras, e sim uniformizar terminologias. O ensino, a aprendizagem e o estudo de uma matéria são enormemente facilitados pela disponibilidade de uma nomenclatura.</p>
RICARDO CAVALIERE	<p>Creio não haver controvérsia sobre a necessidade de uma nomenclatura gramatical unificada no ensino fundamental e médio. A rigor, essa é uma</p>

	<p>necessidade não só didática do português, mas também na didática de qualquer disciplina. Nós, professores de língua portuguesa, talvez pela pluralidade de métodos na análise linguística, somos os únicos que questionamos essa unificação necessária.</p>
ESPECIALISTAS (MEIO ACADÊMICO)	OPINIÕES DISSONANTES
LUIZ CARLOS CAGLIARI	<p>Sempre achei e continuo achando um absurdo total haver no Brasil uma norma do Ministério da Educação que obriga as editoras e autores de obras didáticas a seguir uma nomenclatura gramatical. Gostaria muito que o mesmo Ministério fizesse o mesmo para as demais áreas de conhecimentos: física, química, biologia etc. a ideia da nomenclatura veio de um grande preconceito contra a linguística, quando esta se distanciou da tradição gramatical, porque a linguística passou a ver a linguagem como um sistema que deveria ser descrito e não como um sistema que deveria ser seguido.</p>
MARCOS BAGNO	<p>No que diz respeito aos estudos linguísticos, a nomenclatura gramatical, no meu entender, não deveria estar sujeita a (sic) regulamentação oficial, sobretudo quando esta se inspira (como a NGB) na tradição greco-latina de estudos gramaticais, que tem mais de dois mil anos de idade. Todos sabemos que os nomes e definições oferecidos pela tradição gramatical são confusos, contraditórios e às vezes francamente errados, numa perspectiva moderna.</p>
SÍRIO POSSENTI	<p>Quanto à Nomenclatura, minha opinião é que:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) não ajuda em nada;(b) prejudica (já pensou enquadrar os advérbios em seis classes???) <p>A meu ver, a nomenclatura gramatical (metalinguística, em geral) é uma questão de cada teoria. É assim em todos os campos (se uma disciplina decide que é bom, ela o fará, como a anatomia, salvo engano). Claro que, então, não deveria haver certas questões em provas escolares</p>

	ou de concursos.
--	------------------

O que fica claro nas respostas elencadas¹⁸ no quadro anterior é de uma convergência em relação ao objetivo final proposto pelo documento oficial: a universalização de terminologia. As vozes não convergentes se fundamentam na crítica ao efeito oriundo da criação do documento: a perda da ideia autoral que alicerçava os autores dos materiais ligados ao ensino de língua portuguesa.

Evidentemente, a NGB já nasceria conflitando com o que era inevitável: o avançar dos tempos. Afinal, no avançar dos tempos, tanto o trabalho quanto a pesquisa de estudo da língua ficariam para os linguistas, uma vez que, no século XX, se assiste a uma expansão sem precedentes nos modelos de estudos do fenômeno linguístico, uma multiplicação de domínios, teorias e métodos que pleitearam igual estatuto de cientificidade (ALTMAN, 1998, p. 41). Muitos gramáticos e linguistas viam no documento uma regulação pura e descabida. Muitos, também, viam importância na iniciativa de uma padronização. Brigas à parte, o documento influenciou a produção de *instrumentos linguísticos* e, mais ainda, serviu de base para provas de concursos (públicos¹⁹ e vestibulares), sendo utilizado, ainda hoje, como critério terminológico.

O fato é que o documento está, hodiernamente, na estante da história dos estudos gramaticais no Brasil, seja como um “discurso fundador” - mesmo que, para alguns estudiosos, malgrado (Cf. – ORLANDI, 2001, p. 36-7) - a instituição da NGB como um texto de unificação e homogeneização terminológica, transpondo para o linguista a caução do saber oriundo do gramático; seja como documento de política de ensino-aprendizagem, pesquisa e promoção da língua portuguesa.

Na esfera de uma política de ensino-aprendizagem, cabe, neste momento, ressaltar que, para a docência, qualquer proposta de padronização da terminologia gramatical deve ter como meta a eficácia do ensino, questão indiscutível em qualquer ambientação escolar ou

¹⁸ Para verificação das 50 respostas existentes, vide o excelente livro HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

¹⁹ A título de curiosidade, destaco dois exemplos de textos oficiais que regulam concursos públicos no Brasil e que mencionam a NGB. A saber:

CÂMARA DOS DEPUTADOS PROJETO DE LEI N.º 252, DE 2003 (Do Senado Federal). https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E4F0994A04125E7A4BAC5F7CE5EB4417.node2?codteor=139090&filename=Avulso+-PL+252/2003 Acesso em: janeiro de 2021.

LEI Nº 4.949, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012 – autoria do Projeto: Poder Executivo - Seção II - Da Elaboração das Provas – Artigo 32, parágrafo 2º, tópico. http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72625/Lei_4949_15_10_2012.html Acesso em: janeiro de 2021.

acadêmica. Ou seja, a nomenclatura “deve servir ao propósito do ensino eficaz, pouco importando, por exemplo, que suas bases se finquem em modelos teóricos distintos” (CAVALIERE, 2018, p. 25). Notadamente,

O avanço científico na área da Linguística não se atrela a um dado modelo de investigação; pelo contrário, decorre da múltipla visão do fenômeno linguístico que advém dessa multifacetada abordagem, razão por que, no âmbito do ensino, o que importa é a aplicação criteriosa das teses oferecidas pela pesquisa plural, sem dogmatismo ou preciosismo acadêmico. Ao gramático, cabe-lhe descrever o funcionamento da língua e prover pedagogicamente seu ensino no plano normativo mediante recurso às conquistas da Linguística. O compromisso doutrinário, esse é próprio do linguista, que naturalmente atua como agente e defensor de dado paradigma de investigação. (CAVALIERE, 2018, p. 25)

Desse modo, eivado de críticas ao longo de seis décadas, é notório que o documento de 1959, principalmente quando associado ao ensino de língua portuguesa nos níveis específicos do ensino básico, já não cumpre o textualizado em suas páginas, uma vez que as mudanças decorrentes das pesquisas em língua portuguesa (pelos mais diversos aportes: linguística textual, ensino, teorias do texto etc) criaram um hiato entre o estabelecido no documento e as proposições modernas acerca do ensino de língua, principalmente no que tange ao ensino de gramática. Tem-se, então, um problema: nascida e já criticada, a NGB se tornou uma sigla de significação esvaziada no *continuum histórico* dos documentos existentes em língua portuguesa²⁰. Alguns motivos evidentes para isso são assim expostos e bem explicados por Cavaliere (2018, p. 24)

- a) documento oficial, a NGB, além de já não cumprir os fins a que se destina, é reiteradamente desconsiderada não só nas aulas de língua portuguesa, bem como nas atividades em que deveria ser imperativamente respeitada, tais como os concursos públicos e os exames de admissão às universidades;
- b) como documento norteador do ensino da língua vernácula, a NGB não logra incentivar as práticas pedagógicas que apresentem o fenômeno linguístico em sua integralidade, em que despontam os recursos do texto escrito e do texto oral, os elementos que integram o texto no ambiente discursivo, as competências de leitura, entre outros fatores fundamentais para a boa formação linguística do educando;
- c) falida e até mesmo injustamente criticada por supostamente ser fruto da intervenção estatal na liberdade de cátedra, a NGB efetivamente deixou de cumprir um de seus papéis mais relevantes: o de prevenir o uso de metalinguagem idiossincrática, de modelos teóricos pouco adotados pela maioria dos docentes, um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento

²⁰ Dificilmente, os professores em formação ou recém-formados desconhecem os significados das siglas que batizam documentos oficiais importantes em relação ao ensino básico (e que mencionam o ensino de língua portuguesa): PNE, LDB, PNLD, PNLEM, PCN, PCN+, Orientações Curriculares, Diretrizes Curriculares, BNCC. Quanto à NGB...

harmônico do aprendizado da língua, sobretudo nas situações sociais em que o aluno se sujeita a intensa mobilidade na rede de ensino.

Acrescentemos um ponto D aos explicitados pelo autor: os avanços científicos na área refletem e refratam a necessidade de uma roupagem extremamente nova para o sexagenário documento. Além disso, mais do que promover a já existente dicotomia entre a NGB e a metalinguagem advinda dos avanços da Linguística, não podemos nos esquecer do trinômio Aluno-Ensino de Língua/Gramática-Professores, afinal a relação que os norteia se faz exatamente na questão da metalinguagem aplicada em sala de aula.

Para os alunos, embora não estejamos mais na tradição das provas orais, ainda há metalinguagem que se faz em torno daquilo que ficou conhecido como tradição da NGB ao mesmo tempo em que metatermos oriundos da ciência linguística se mostram presentes. Para o ensino de Língua, velhas (novas) práticas... (neo)metalinguagem. Para os professores, principalmente para aqueles há muito tempo distantes do universo acadêmico, a intenção é de que se sintam tranquilos no emprego dos termos que utilizarão com os alunos no universo da sala de aula. Ainda em relação aos professores, cabe a exata mensuração da nomenclatura, seja pensando no discente a quem eles terão ao longo do(s) ano(s), seja pensando em si e na sua apropriação acerca da nomenclatura (tradicional ou não). Segundo Cavaliere

O professor é o agente do processo de ensino aprendizagem, cumpre-lhe edificar as estratégias didático-pedagógicas em consonância com a natureza do alunado e do ambiente em que se desenvolve a atividade de ensino, razão por que somente a ele se poderá atribuir a tarefa de ajustar a aplicação de uma nomenclatura linguística no dia a dia da práxis educacional. O que não se deseja é, obviamente, se busca evitar é que as convicções pessoais deem vezo à multiplicação de metatermos, fato que, afinal, viria a colidir com a própria existência de uma nomenclatura linguística (2018, p. 26).

O fato é: sem uma nomenclatura, não é possível levar adiante o trinômio inerente ao processo escolar: aluno-ensino-professor. Assim, o que a repaginação do sexagenário documento (ou a elaboração de um documento mais condizente com o avanço da ciência linguística) objetiva é uma nomenclatura atuante e favorável a um projeto de ensino inclusivo, no sentido de que o aluno se sinta à vontade para também atuar como agente da atividade de ensino-aprendizagem na diversificada interação social em que se discutem fatos da língua, afinal, no caso dos *instrumentos linguísticos* voltados ao ensino básico, a evidência da relação *tradição NGB/modernidade linguística* é franca e concreta.

Nesse sentido, assim como já feito em Portugal²¹, ao Brasil cabe reviver o movimento já iniciado em 2004 – data da primeira reunião da **Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa**. A proposta para uma *Terminologia Brasileira para o Estudo Linguístico no Ensino Fundamental e Médio*²² é a validação para uma necessária reformulação da nossa sexagenária NGB. Reformulação feita de maneira congruente, não enviesada e à margem de paixões, contribuirá para o “entendimento do idioma comum e a ação dos especialistas e professores que a ela se dedicam. Será útil à sua agilização, nesse sentido, o envolvimento de instituições e centros de estudos especializados” (FILHO apud HENRIQUES, 2009, p. 10), afinal muitos dos especialistas no assunto pertencem a esses núcleos especializados. Mais ainda, muitos deles são autores de gramáticas que vigoram, hodiernamente, no mercado editorial e em bibliografias das ementas de disciplinas universitárias e de livros didáticos voltados ao ensino básico, validando, assim, o fato de que a NGB faz parte de um *continuum/descontinuum histórico*.

Ao mesmo tempo, a neogramatização brasileira vem produzindo um discurso de combate ou um discurso de aceite ao documento, já que no corpo desses *instrumentos linguísticos*, surgidos continuamente, o estabelecido pela NGB, no que diz respeito aos estudos de língua portuguesa, aparece, uma vez que muitas gramáticas produzidas por professores universitários ainda fazem referência à terminologia empregada pelo documento surgido em 1959. Conhecidas no meio especializado como gramáticas pós-NGB, esses *instrumentos linguísticos* refletem e refratam a **Tradição**, a **Tradição-Inovação** e a **Inovação-Gramatinguísticas**²³).

Referências

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. 2.ed. Campinas-SP: 1992.

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. 2.ed. Campinas-SP: 2009.

²¹ O que, em 2007, já foi feito. A NGP foi, depois de “largamente partilhada pelos especialistas e pelos próprios professores”, objeto de atenção no que diz respeito à necessidade “de corrigir os erros terminológicos e de superar a desatualização da nomenclatura gramatical portuguesa, aprovada pela Portaria nº 22 664, de 28 de abril de 1967.

²² Cf. Cavaliere (2018). In: Por uma nova nomenclatura linguística no ensino básico da Língua Portuguesa. Revista Brasileira- fase IX- janeiro-fevereiro-março. 2018. Ano I. nº 94. www.academia.org.br/revistabrasileira.

²³ O que presenciamos hoje no Brasil por conta da grande quantidade de gramáticas produzidas por linguistas atuantes em Universidades importantes do país. Tais *instrumentos linguísticos* apresentam uma metalinguagem já há muito presente em gramáticas antigas e tidas como tradicionais e, ao mesmo tempo, uma neometalinguagem oriunda das pesquisas linguísticas, já que a terminologia gramatical ganha uma roupagem extremamente nova e, muitas vezes, primogênita. O que vemos hoje, devido a essa grande publicização de gramáticas produzidas por linguistas de renome, são verdadeiras *gramatinguísticas*, ou seja, gramáticas que mesclam o já cristalizado pela tradição nos estudos gramaticais com as mais recentes pesquisas linguísticas existentes.

BALDINI, Lauro. J. S. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP/IEL, 1999.

CÂMARA JR., J. M. *História da Linguística*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. *Por uma nova nomenclatura linguística no ensino básico da Língua Portuguesa*. Revista Brasileira - fase IX - janeiro-fevereiro-março. 2018. Ano I. nº 94..

CHEDIAK, Antônio J. *A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: s/n. 1960.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira. 50 anos depois*. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

KENEDY, Eduardo. *Rudimentos para uma nova sintaxe na NGB*. Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v. I, Número 1, Jan- Abr 2010.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, E. "Identidade Linguística". In: *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Metalinguagem e gramatização no Brasil: gramática-filologia-lingüística*. Rev. ANPOLL, n. 8, p. 29-39, jan./jun. 2000.

SILVA, Alexandre José da. *Percurso Gramatical Brasileiro – Estudo Descritivo-Analítico de Gramáticas Produzidas por Acadêmicos – Contribuição à História da Gramática no Brasil*. 2020. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), PUC-SP. 2020.

SILVA, Alexandre José da. História da Ideias Linguísticas: história, ideias e caminhos. *Revista Verbum*, São Paulo v.7, n. 1, p. 23 – 39, 2018.

SOBRINHO, José Simão da Silva. Museu da Língua Portuguesa: instrumento linguístico em tempos da ideologia do lazer. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 307-315, jan./jun. 2013.

SPINA, Segismundo. *Discurso do Prof. Segismundo Spina*. Língua e Literatura, v. 15, n. 18, p. 7-11, 1990. 10 SPINA, Segismundo. *Discurso do Prof. Segismundo Spina*. Língua e Literatura, v. 15, n. 18, p. 7-11, 1990.

BRAZILIAN GRAMMATICAL NOMENCLATURE (NGB) IN THE WAKE OF THE HISTORY OF LINGUISTIC IDEAS: HISTORICAL CONTINUUM/DISCONTINUUM

ABSTRACT

This article aims to deal, moderately, with the history of the (implicit) linguistic instrument known as NGB and its impact on Brazilian grammatical historiography. The unraveling of a key issue – NGB and grammatical production – was proposed so that the act of historicizing the (meta)linguistic document would not become a simple biobibliographic act. The readings undertaken and inferred with regard to the official document were materialized in the field of this key issue, having, therefore, two paths of historicization: 1) Official metalinguistic document – the history of the NGB; 2) Official document and grammar teaching. This work shows that the process of Brazilian (neo)grammatization has been

producing a combat discourse or a discourse of acceptance of the document, since in the body of linguistic instruments - grammars -, which have emerged continuously, what is established by the NGB appears.

Keywords: History of Linguistic Ideas. Linguistic Instrument. Official document. NGB.

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267